

A EDUCAÇÃO COMO MEDIAÇÃO DA PRÁTICA SOCIAL

*Analice Leonardi*¹
*Paulo Guilhermeti*²

A educação é um processo que tem a função de socializar as novas gerações o legado cultural deixado pelas gerações anteriores. Neste processo, a educação não apenas difunde conhecimentos e experiências já estabelecidos, mas também cria a possibilidade do novo.

Portanto, a educação envolve toda amplitude das práticas sociais como mediação. O termo mediação é utilizado neste texto como produção social que ao mesmo tempo determina e é determinado pela existência humana.

Como a cultura como objeto da educação manifesta-se nas diferentes esferas da sociedade, torna-se necessário delimitar a análise deste fenômeno. Assim, o objetivo deste texto é fazer uma reflexão sobre a educação como mediação da prática social a partir das relações que a mesma estabelece no âmbito do trabalho, da política e da cultura.

Para entender a educação é necessário identificar e compreender a amplitude das relações que ela estabelece com a sociedade na qual está inserida. Como a educação é uma prática social, vamos analisar sua natureza e especificidade a partir da compreensão do que é o homem.

Num sentido antropológico o homem é um ser que produz sua própria existência pelo trabalho. Mas para produzir sua existência, o homem tem que estabelecer uma relação com ele mesmo, com os outros homens e com a natureza. Assim ele produz a subjetividade, a socialização e o trabalho. Nesse contexto, o trabalho está inserido como o principal responsável pela produção a vida. Marx e Engels na obra *Ideologia Alemã*, afirmam que:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX, 1984, p.39)

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná-UNICENTRO, participante do Programa BIC da UNICENTRO e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas, Tecnologia, Educação e Cultura – GETEC.

² Professor Adjunto do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO e Doutor em Educação – UNIMEP-SP

Se o homem nessa co-relação produz, além da existência, a subjetividade e o processo de socialização. Assim, ele diferencia-se dos animais pela capacidade de pensar, elaborar e agir de maneira singular: antecipando suas ações no pensamento. Desta maneira, o homem torna-se um ser cultural e social. Portanto, podemos dizer que tudo que o homem produz é cultura. Esta pode ser algo tanto material, quanto espiritual.

É na relação com os outros homens que são produzidas diferentes formas de socialização, de valores importantes como os valores morais que são tratados pela ética ou valores ligados à sensibilidade, à beleza e à arte que são tratados pela estética, ou ainda, os valores sociais que fazem parte da política, das relações de poder.

Se a educação enquanto processo de apropriação e emancipação do ser humano, se efetiva verdadeiramente como processo formativo e que possibilita a todos se engajarem neste contexto social, ou seja, fazer-se sujeito integrante com formação crítica, este sim tornar-se-a um indivíduo capaz de desenvolver o trabalho intelectual e manual sem dissociá-los, é dada a condição de subsistência formal; a educação deve passar a ser entendida como um processo de ruptura entre os velhos conceitos, paradigmas e estar aberta à gestação de novas realidades e contextos. Sua prática deve ser concebida como um processo que não se acaba e nem pode ser definitivo, mas sim contínuo, crítico, reflexivo e que tem como objeto de atuação a sociedade.

Entender a educação como mediação da prática social é considerar o papel ativo do homem na sociedade. Quando o sujeito se apropria de conhecimentos do mundo social e natural cria-se a possibilidade da autonomia no ato do pensar e do agir que revela o duplo caráter da educação, ou seja, apropriação e liberdade.

AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

A palavra trabalho vem do vocábulo latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium*, que era um aparelho de tortura utilizado para prender os condenados e os animais difíceis de ferrar. Portanto, já há muito tempo a palavra trabalho tem significado de sofrimento, labuta..

As relações de trabalho são hierarquizadas e históricas, pois as pessoas tendem a pensar de maneira alienada sem compreender o contexto no qual vivem.

Esse marco histórico da alienação no trabalho tem crescente e notória importância a partir do século XIX com a consolidação da etapa clássica do capitalismo, especialmente, na etapa que Marx denomina Grande Indústria. Se o trabalho antes era parcelar e cada trabalhador fazia uma etapa da produção do produto, agora é automatizado. Sob a grande indústria mecanizada, o operário apenas alimenta e vigia a máquina. Essa classe de trabalhadores é submetida aos seus patrões capitalistas que têm como único objetivo o lucro e valorização do capital.

Se na etapa capitalista clássica do capitalismo, as pessoas são submetidas a um processo de alienação que se inicia na fábrica, ou seja, no ambiente de trabalho, posteriormente na etapa monopolista este processo se estende ao tempo livre. Podemos analisar essa afirmação a partir dos textos *O direito à preguiça* de Lafargue escrito em 1880 e a *Dialética do esclarecimento* de Adorno e Horkheimer escrito 1947:

Lafargue (2003, p. 10) diz:

O trabalhador quando está em seu trabalho, não se sente bem, está fora de si, só se sente consigo mesmo quando fora do trabalho, não realiza uma livre atividade física e intelectual e sim “martiriza seu corpo e arruína seu espírito”. Seu trabalho é alienado, alheio ao trabalhador e fator de seu estranhamento.

Adorno e Horkheimer (1985, p.128) afirmam que:

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, que está pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. O pretense conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a seqüência autonomizada de operações padronizadas. Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. Eis aí a doença incurável de toda diversão. O prazer acaba por congelar no aborrecimento, porquanto, para continuar a ser um prazer, não deve mais exigir esforço e, por isso, tem que se mover rigorosamente nos trilhos gastos das associações habituais. O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige o pensamento – mas através de sinais. Toda ligação lógica que pressupunha um esforço intelectual e escrupulosamente evitada (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 128)

Contudo, o trabalho também possui um sentido antropológico, é símbolo da existência humana, ele dignifica o homem, o torna muito mais humano.

É importante ter clareza em relação a essa ambigüidade, pois a alienação no trabalho é resultado de uma relação social que tem como objetivo a acumulação privada; já a humanização pelo trabalho se evidencia como uma construção de algo novo, uma atividade de livre criação do homem que permite ampliar os horizontes humanos.

Ao observarmos ao nosso redor, compreenderemos o que Marx assinalava, já no século XIX:

O trabalhador produz bens que não lhe pertencem e cujo destino, depois de prontos, escapa ao seu controle. O trabalhador, assim não pode encarar aquilo que ele criou como fruto da sua livre atividade criadora, pois se trata de uma coisa que para ele não tem utilidade alguma. A criação (o produto) na medida em que não pertence ao criador (ao operário), se apresenta diante dele como um ser estranho, uma coisa hostil, e não como o resultado normal de sua atividade e do seu poder de modificar livremente a natureza. (MARX apud KONDER, 1998, p. 40)

Portanto, a alienação acarreta efeitos que refletem nas classes em geral. Podemos constatar esses fatos, embora, os capitalistas se aproveitem da alienação do trabalho do operário, eles também sofrem conseqüências desumanizadoras da divisão social e do trabalho. Sob a alienação do trabalho ocorre o que poderíamos chamar de abandono das experiências do trabalho produtivo em que o capitalista passa a desconhecer as suas potencialidades de criação e deixa de se desenvolver humanamente em sua plenitude. Cabe aqui a explicitação de Lafargue sobre o desenvolvimento do capitalista: "(...) o desenvolvimento capitalista vincula-se ao extraordinário crescimento do controle sobre a natureza a partir da ciência e da técnica, mas estas, da mesma maneira que o trabalho, transformam-se em ideologia que leva o nome de progresso" (2003, p. 8)

Se o auge da alienação no período clássico³ do capitalismo é retratado na Grande Indústria, o taylorismo retrata a forma mais radical da alienação no período do capitalismo monopolista⁴.

Na visão de Taylor⁵, os ofícios representavam um padrão "tardio" e "lento" de produção. Com a inserção do taylorismo no modo de produção capitalista, o trabalho passa a ser elaborado de forma concatenada e separada, ou seja, o operário domina uma etapa da produção a partir da sistematização de tarefas definidas pela gerência, esta, elabora as regras modernas de

³ O capitalismo clássico é aquele período do modo de produção capitalista em que a economia adquiriu um caráter científico integral, na medida em que passou a centralizar o trabalho. Neste período que vai do século XVI até o final do século XIX, o capitalismo firmou os princípios da livre-concorrência e por isso favoreceu a produção de grande quantidade de mercadorias. O taylorismo é a "racionalização do trabalho", ou seja, a busca da eficiência na execução mecânica e fragmentada das tarefas a partir de princípios científicos aplicados a organização do trabalho. O taylorismo extingue o modelo de trabalho dos operários fundado na tradição do ofício, que tinha a unidade entre "pensar" e "fazer" e era de pleno domínio dos mesmos.

⁴ O capitalismo monopolista é caracterizado pelo desenvolvimento de mecanismos de absorção do excedente e de manutenção do crescimento. Há a ascensão da gerência científico que acompanha as transformações, a desqualificação do trabalho, modificações da estrutura ocupacional e da posição da classe operária.

⁵ Frederick Wislow Taylor (1856-1915) instaurou a Gerência ou Administração Científica do Trabalho, que era a forma elaborada, rigorosa, sistemática e imposta ao operário na execução de seu trabalho. Para a Administração Científica do Trabalho a lógica é procurar aplicar os métodos da ciência aos problemas da crescente divisão do trabalho nas empresas capitalistas, sobretudo no processo de remodelamento da produção.

controle social. Racionalização que vem a atender a demanda burguesa de dominação, tornando o operário capacitado para trabalhar em seu sistema.

A partir desta importante informação podemos constatar que esse trabalho mecânico não é educativo, pois possibilita ao sujeito realizar apenas uma atividade destituída da sua concepção. É a negação da liberdade e autonomia intelectual.

O duplo caráter do trabalho está presente nas mais diversas atividades produtivas. Na educação, o trabalho do professor pode ser alienante ou criativo e humanizador. Quando a relação professor-aluno torna-se uma busca constante da reflexão crítica e construtiva que a partir de um conteúdo educativo, esta se torna uma atividade humanizadora. Todavia, quando nos defrontamos com o trabalho monótono e repetitivo do educador que apenas reproduz conteúdos, métodos e estratégias de ensino, estamos diante de um trabalho educacional alienante. Quando o professor utiliza apenas o livro didático, reproduzindo as atividades ali propostas estamos diante do taylorismo na educação.

AS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E EDUCAÇÃO

A palavra política se refere ao poder e expressa um certo impacto quando esta é proferida. A educadora Maria Lucia Arruda Aranha, afirma que: "(...) o poder não é uma coisa que se tem, mas uma relação ou um conjunto de relações por meio das quais os indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos" (ARANHA, 1994, p. 29). A explicitação da autora nos leva a seguinte reflexão: se somos sujeitos da sociedade, esses tais poderes nos permitem interferir, inferir, introduzir ações e modificações em determinados grupos e/ou na comunidade. No entanto, não reconhecemos como importante essa possibilidade de interferir nas relações de poder. Assim é uma tarefa da educação "abrir os olhos" dos cidadãos que têm por direito e dever usufruir de sua designação e denunciar os abusos de poder, demonstrando aí seu real sentido de poder: o sujeito necessita aprender a exercer-lo em favor da sociedade ao qual ele está inserido.

No sentido etimológico a palavra democracia que é de fato uma policracia (de *poly* = muito, e *cracia* = poder) indica que somos sujeitos imbuídos muito poder. Como ele está distribuído em diversos focos, podemos assim dizer que, as discussões, os conflitos de opiniões fazem parte de idéias divergentes e interpessoais.

A educação para a cidadania é desenvolvida a partir do momento em que há interesse público e este volta-se à convivência em grupo. Consecutivamente o objeto de disputa dos homens deixa de ser a violência e passa a ser as palavras, o discurso da arte da persuasão buscando o consenso. A democracia então nos ensina que para obtê-la faz-se necessário um longo caminho de aprendizagem, e que neste percurso encontramos dificuldades de toda a espécie.

O exercício do poder se efetiva também pela ideologia que, segundo Aranha (1996, p. 29) comporta vários significados: “conjunto de idéias, concepções ou opiniões sobre algum ponto sujeito a discussão. É uma teoria, uma organização sistemática dos conhecimentos destinados a orientar a prática, a ação efetiva”. A ideologia permite, então, a união das pessoas mesmo com idéias contrárias mas com objetivos afins como defender e elaborar projetos de ação.

Para melhor compreensão das relações entre política e educação é importante compreender o conceito de ideologia de Marx, pois este pensador influenciou decisivamente a filosofia da educação no Brasil. Para o autor, a ideologia são as manifestações que formam a superestrutura da sociedade, enquanto a infra-estrutura da sociedade é formada pelas relações de trabalho (ou a economia) que produz a existência material dos homens.

No Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”, Marx identifica a condição ideológica da superestrutura da sociedade:

(...) na produção social da vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência que determina o seu ser, mas, pelo contrario, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas da produção e que podem apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolve-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tão pouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas pelo contrario é, necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em

gestação as condições materiais para a sua realização. (MARX, s.d, p. 300-301)

A ideologia apresenta alguns aspectos negativos, como por exemplo: ocultar as diferenças de classes, promover a aceitação sem críticas das tarefas exaustivas e quase sem recompensa financeira e contribuir, então, para a continuidade da dominação de uma classe sobre outra.

O discurso ideológico é permeado de características influenciáveis na contemporaneidade e do ponto de vista desta lógica importantes: como a *abstração*, que não se refere ao concreto mas ao aparecer social; a *universalização* consiste em estender os valores e as idéias dominantes a todas as pessoas, a *lacuna* são os vazios, as partes silenciadas que não podem ser ditas, sob a pena de desmascarar a ideologia; já a *inversão* remete a explicar a realidade, ou seja, o que é apresentado como causa é na verdade consequência. Situações estas não analisadas ou omitidas pelos dominantes para as classes menos favoráveis ao conhecimento social, sem pretensão aqui de generalizar, mas desmistificando que as mesmas classes detentoras do poder contracenam num palco ideológico camuflando-se e omitindo suas responsabilidades nesse nicho sociológico.

Há no sistema educacional teorias críticas e teorias conservadoras, explanadas pelas teorias pedagógicas e prática educativa.

Na educação e escola em geral observamos que a ideologia está presente através das teorias pedagógicas, e estas envolvem idéias, valores e comportamentos que são influenciados pela ideologia. Um exemplo disso é a imagem ou idéia que o livro didático passa sobre determinado conteúdo. Este apresenta para a criança uma realidade estereotipada e não condizente com a realidade social. Dentro do seu ambiente de atuação também é abordado nas disciplinas do currículo, adquire assim, um caráter ideológico quando produzido e imposto pela hierarquia do sistema educacional. Quando uma teoria pedagógica se transforma à margem dos fatos econômicos, políticos e sociais, fica propensa a tornar-se ideológica e a usufruir de conceitos abstratos, eternos e imutáveis, neste processo cujo pensar e agir do homem estão condicionados na maneira em que ele produz sua existência.

AS RELAÇÕES ENTRE CULTURA E EDUCAÇÃO

A cultura é tudo o que o homem faz, é o resultado de suas produções, seja material ou espiritual. Estas diferentes expressões culturais adquirem características específicas dependendo do meio que elas estão envoltas. Hoje, podemos identificar pelo menos quatro tipos de cultura: cultura erudita, cultura popular, cultura de massa e cultura popular individualizada.

A cultura erudita é aquela produzida no meio acadêmico e no sistema educacional, ou seja, é uma produção detentora do saber científico, portanto,

ela está voltada a formação intelectual, e tem como objetivo educacional instigar o saber produzido criticamente.

A cultura popular é elaborada espontaneamente pela população, isto é, de maneira “anônima”. E esta cultura é dinâmica e enfrenta mudanças constantes. Perante os meios intitulados, ela não apresenta um caráter formal educativo, mas sim, um conhecimento vago e difuso muitas vezes, mas importantes para a formação cultural.

A cultura de massas é um tipo de cultura produzida e difundida pelos meios de comunicação e esta volta-se para o mercado e consumo imediato de produtos, conseqüentemente, influencia o pensar e agir humano. O conteúdo desse tipo de cultura revela que ela não é educativa, pois manipula o inconsciente das pessoas e impede a livre expressão crítica e individual.

A cultura popular individualizada é o resultado e a representação da produção independente de escritores, músicos que expressam e transmitem a seus espectadores o que observam e sentem sobre o mundo, a vida em sociedade e suas próprias vidas. Se estes artistas não recebem estímulos das diversas culturas, poderíamos classificar como educativa.

Como a cultura é o objeto da educação é fundamental que esta considere as características daquela que nem sempre proporciona as pessoas a ampliação dos seus horizontes.

Especialmente a educação formal ou escolar, precisam estar atentas na definição dos seus conteúdos de ensino que constitui o meio pelo qual ocorre o acesso a cultura elaborada. Esta não pode ser confundida ou substituída pela sedução dos conteúdos da cultura de massas.

Mas é no espaço da educação informal que a cultura de massas se torna avassaladora. No ambiente familiar, a televisão conforta os adultos da exaustiva rotina do trabalho alienado, manipula a sensibilidade infantil e dissemina a idéia que a realidade se encerra na fantasia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste texto revelou que a educação atual no âmbito do trabalho, da política e da cultura enfrenta os limites que o capitalismo impôs aos homens como uma oposição entre individuo e sociedade.

Os interesses da acumulação, ainda hegemônicos, negam a condição humana. Neste contexto, o trabalho é uma atividade compulsória e alienada; a política é a imposição dos interesses privados diante dos interesses coletivos através de mecanismos ideológicos; e as manifestações culturais, por um lado legitou a dominação-reproduzindo as hierarquias sociais, e, por outro lado estimula a adaptação, introduzindo o comportamento consumista.

Diante deste quadro da educação na sociedade atual é preciso repensar o seu papel social numa perspectiva crítica que recupere o seu caráter emancipatório que está presente na valorização da condição humana.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Claridade, 2003.
- KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. São Paulo: Cromosete, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MARX, Karl. Prefácio à “Contribuição à Crítica da economia política”. *In: Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d